

EDUCAÇÃO: Ministros da área econômica vão se reunir com Paulo Renato terça-feira

Tucanos reagem a repasse a municípios e Governo busca forma de compensação

Rio é o estado que mais perde com a criação de fundo para ensino fundamental

Guto Costa

• RIO e BRASÍLIA. A menos de duas semanas do início da transferência de recursos dos estados para os municípios, a implantação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) esbarra em forte resistência dentro do tucanato. O descontentamento de alguns governadores do PSDB, como Marcello Alencar, do Rio, e Tasso Jereissati, do Ceará, acabou por mudar a agenda do Governo federal, normalmente mais tranqüila nessas festas de final de ano: na terça-feira, os ministros da área econômica se reúnem com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, na tentativa de encontrar mecanismos que compensem as perdas de receitas de alguns estados.

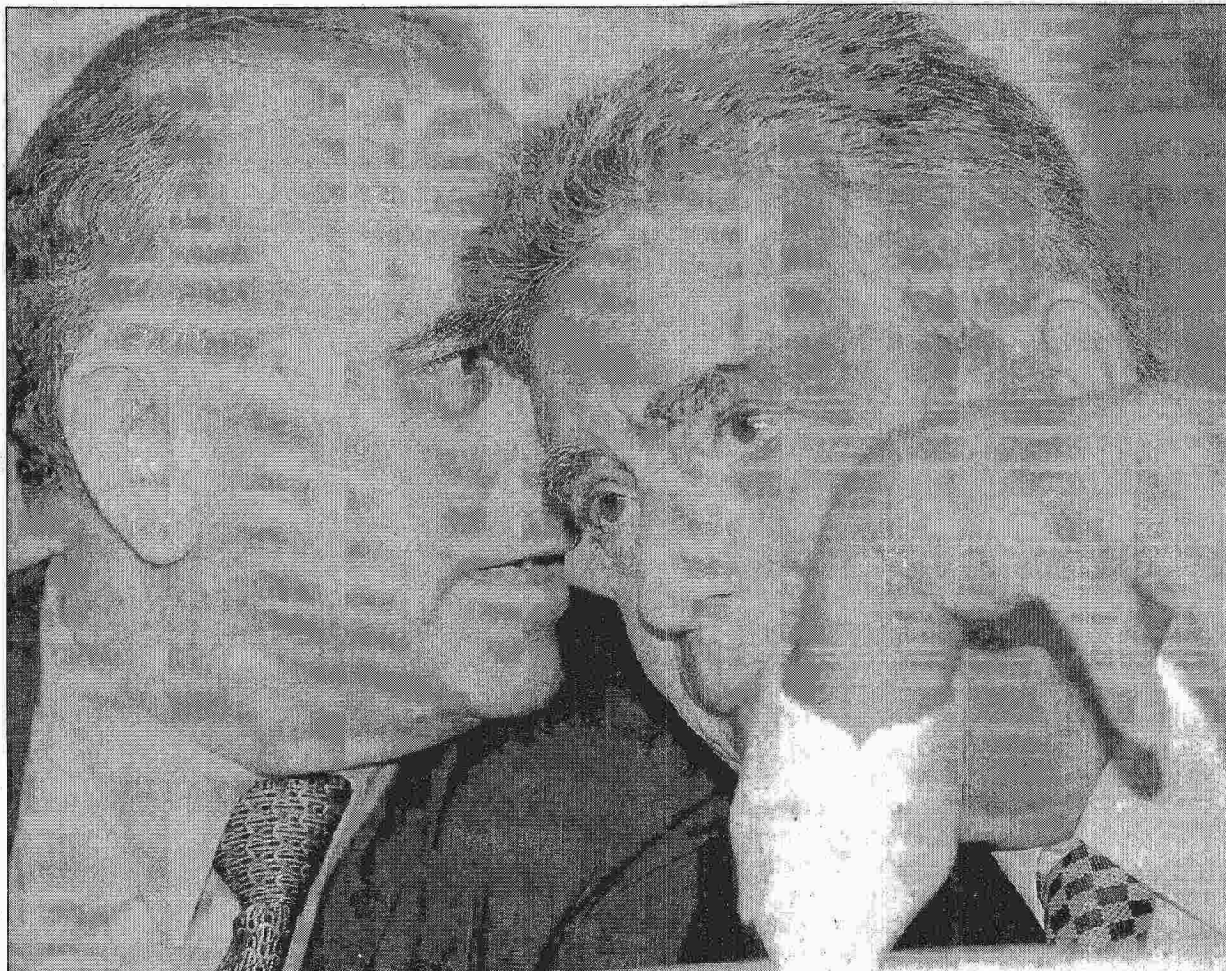
Marco Aurélio: "Matrícula passará a ser uma moeda forte"

O Rio de Janeiro é quem mais perde com a implantação do Fundef, criado pelo Governo federal em 1996 e que estabelece uma grande redistribuição de recursos entre estados e municípios, de acordo com o número de alunos matriculados em cada rede de Primeiro Grau. No Rio, onde o ensino fundamental está basicamente na mão das prefeituras, o Governo do estado terá de repassar R\$ 370 milhões por ano para os municípios, uma perda de 7,54 sobre a receita do estado. Em São Paulo, onde a situação é inversa, os municípios é que vão perder R\$ 621 milhões por ano em favor do Governo estadual.

O secretário estadual de Fazenda do Rio, Marco Aurélio Alencar, filho do governador, elogia a criação do Fundef, mas critica o seu financiamento:

— É preciso encontrar um sistema de restituição dessas perdas, até com dotação orçamentária do próprio MEC. A idéia do Fundef é interessante, mas a equação financeira para viabilizá-lo é muito ruim.

Segundo Marco Aurélio, com a transferência de recursos estabelecida pelo Fundef, o Governo estadual parou de municipalizar o ensino de Primeiro Grau no inte-



O MINISTRO DA EDUCAÇÃO, Paulo Renato, e o governador Marcello Alencar conversam no Palácio Guanabara

rior. Na cidade do Rio, a gigantesca rede pública de ensino (com 1.033 escolas) é administrada pela Prefeitura pefelista de Luiz Paulo Conde, que receberá um grande volume de recursos a partir do próximo ano.

— Nenhum Governo estadual vai querer agora municipalizar o ensino fundamental. Vão todos competir com os municípios por matrículas de Primeiro Grau. A matrícula passará a ser uma moeda forte.

O prefeito Luiz Paulo Conde disse ontem, numa solenidade no Clube Americano, no Rio, que 1998 será o ano da educação. Graças aos R\$ 200 milhões que a Prefeitura receberá do Fundef será possível chegar ao final do ano com 60% dos alunos de 4 a 10 anos estudando em horário integral na rede municipal de ensino. Dinheiro em caixa para um, con-

fisco para o outro:

— O Governo de Marcello Alencar é solidário ao presidente Fernando Henrique e concorda com a filosofia do Fundef, mas o estado não pode ser o grande financiador deste fundo. Isso é um confisco — reagiu Marco Aurélio, que durante o ano participou de várias reuniões com secretários de Fazenda de outros estados.

De acordo com ele, alguns governadores estão muito preocupados com as perdas e dispostos a se mobilizar para pressionar o Governo federal.

— Já estamos examinando alternativas para uma compensação interna destas perdas, mas ainda temos esperanças de que na reunião de terça-feira seja encontrada uma solução. Esta crise tem desdobramentos políticos que sequer podemos imaginar — disse Marco Aurélio.

Pelas estimativas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do Ministério da Educação, ao todo 20 estados com poucos alunos de Primeiro Grau vão ter de transferir dinheiro para seus municípios; por outro lado, seis estados vão receber dinheiro que até agora ia para os municípios, a menos que as escolas estaduais sejam imediatamente municipalizadas. A estimativa do FNDE é que cerca de R\$ 2,5 bilhões vão mudar de mãos a partir de 1º de janeiro de 1998 — quando, pela lei, o fundo entra obrigatoriamente em vigor em todos os estados do país.

Desde outubro o governador Marcello Alencar reivindicava do Governo federal uma compensação financeira. Paulo Renato já defendeu a compensação federal ao Rio para evitar o agravamento de uma situação financeira. ■